


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CÍVEL

R. Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos3cv@tjsp.jus.br

**SENTENÇA**
Processo nº: **1002047-90.2014.8.26.0566**Classe - Assunto **Procedimento Ordinário - Interpretação / Revisão de Contrato**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Felipe Scherer Borborema

**CONCLUSÃO**

Aos 12/05/2014 15:11:35 faço estes autos conclusos ao  
 Meritíssimo Juiz de Direito Auxiliar de São Carlos. Eu, esc.  
 subscrevi.

**RELATÓRIO**

**EDSON AZEVEDO ROSANTE DE MATTOS** propõe ação contra **BANCO FIAT S/A** pedindo: (a) a declaração de nulidade das seguintes cláusulas do contrato bancário celebrado entre as partes, com o recálculo das parcelas mensais e a repetição do indébito: capitalização dos juros remuneratórios; cobrança de tarifa de cadastro para início de relacionamento; (b) a revisão do contrato em razão da superveniente onerosidade ao consumidor por conta de problemas de saúde; (c) a readequação das parcelas mensais ao percentual de juros remuneratórios convencionados, pois o contrato prevê juros de 1,98% ao mês e o réu está cobrando juros de 2,00% ao mês, o que resulta em R\$ 4,82 a mais, mensalmente; por tal fato, pede também a condenação do réu a restituir a quantia paga a maior no período em que está sendo cobrada a diferença indevida.

A parte ré, citada, ofertou contestação, alegando: (a) legalidade dos juros remuneratórios contratados, que estão de acordo com a média de mercado; (b) legalidade das tarifas contratadas.

Houve réplica (fls. 194/202).

**FUNDAMENTAÇÃO**
**Julgamento Antecipado**

Julgo o pedido na forma do art. 330, I do CPC, pois a prova documental é suficiente para a solução da controvérsia, e as demais formas de prova não seriam pertinentes ao caso.

A prova pericial contábil é desnecessária, uma vez que para a solução da lide basta a interpretação das cláusulas do contrato à luz do direito positivo (TJSP, Ap. 1.351.114-5, 14ª Câmara de Direito Privado, Carlos Von Adamek, j. 06.10.06),


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CÍVEL

R. Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos3cv@tjsp.jus.br

motivo pelo qual fica indeferida (art. 130, CPC).

Sobre a questão, também se deve ponderar a multiplicidade de soluções jurídicas que, em tese, se apresentam possíveis no caso - excluir-se este ou aquele encargo, esta ou aquela cobrança, reduzindo-se os juros remuneratórios a determinado patamar etc. - soluções que podem ser adotadas cumulativa ou alternativamente; sob tal premissa, a perícia ganha enorme complexidade e custo, pois o perito teria que proceder a inúmeros cálculos do valor devido, considerando cada hipótese, sendo que boa parte ou a maioria, ao final, seria descartada, resultando em trabalho desnecessário para o *expert* e custo econômico maior para os litigantes.

A economia processual recomenda, então, que primeiramente a questão jurídica - que independe de cálculos - seja solucionada com foros de definitividade; oportunamente, após o trânsito em julgado da sentença, e caso surja alguma polêmica sobre a memória de cálculo que o credor venha a apresentar na forma do artigo 475-B do CPC, em sede de impugnação ao cumprimento de sentença, aí sim, será adequado exame pericial para apurar se há ou não excesso de execução.

Verifica-se que ao assim proceder o juízo assegura que a perícia - meio de prova dispendioso e que delonga o andamento do feito - somente seja realizada caso realmente necessário, tudo com o objeto de se imprimir celeridade ao feito, atendendo ao comando inscrito no artigo 5º, inciso LXXVIII da CF.

Observe-se, ainda, que a prova somente deve recair sobre os pontos fáticos controvertidos. O que não foi objeto de controvérsia não necessita de prova (art. 334, III, CPC).

#### Código de Defesa do Consumidor

A Lei nº 8.078/90 é aplicável à relação jurídica em exame, nos termos da Súm. nº 297 do STJ e da decisão proferida pelo STF na ADIn nº 2.591-1.

#### Capitalização dos Juros Remuneratórios

Os juros, em contratos celebrados após 31.03.2000, podem ser capitalizados, se houver previsão contratual.

Isto decorre da edição da MP nº 1.963-17/2000, atual MP nº 2.170-36/2001, que permitem a capitalização. O STJ vem aplicando essas medidas provisórias reiteradamente: AgRg no REsp 908.910/MS, Rel. Ministro HÉLIO


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CÍVEL

R. Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos3cv@tjsp.jus.br

QUAGLIA BARBOSA, QUARTA TURMA, julgado em 26.06.2007, DJ 06.08.2007 p. 529; REsp 697.379/RS, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, TERCEIRA TURMA, julgado em 01.03.2007, DJ 21.05.2007 p. 571; AgRg no REsp 874.634/RS, Rel. Ministro HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, QUARTA TURMA, julgado em 05.12.2006, DJ 05.02.2007 p. 259.

Observamos que, no caso dos autos, o(s) contrato(s) é(são) posterior(es) a 31.03.00 e há previsão contratual da capitalização, pois a taxa de juros anual é superior ao duodécuplo da mensal, o que é bastante, consoante entendimento do STJ firmado em recurso repetitivo (REsp n. 973827/RS, rel. p. / ac. Min. MARIA ISABEL GALLOTTI, 2ªS, j. /8/2012).

#### Percentual dos Juros Remuneratórios

Os juros remuneratórios, nos contratos bancários, podem ser superiores a 12% ao ano, conforme disposto nas Súmulas nº 648 e 596, e na Súmula Vinculante nº 07, todas do STF, não havendo, portanto, norma constitucional ou legal que limite a taxa de juros remuneratórios em relação às instituições que integram o sistema financeiro nacional.

No mesmo sentido a jurisprudência do STJ, confirmada no Resp nº 106.530/RS, j. 22/10/2008, precedente de suma importância porque processado nos termos do artigo 543-C do CPC, que cuida dos temas repetitivos.

A única ressalva se faz nos casos em que aplicável o CDC e nos quais fique comprovada a abusividade dos juros contratados, por colocarem o consumidor em desvantagem exagerada, nos termos do artigo 51, inciso IV, do diploma de regência.

No caso em tela, embora aplicável o CDC, verifico que a taxa de juros cobrada pela instituição financeira foi avisada previamente ao devedor, cumprindo-se a regra prevista no artigo 46 do CDC, bem como não se pode falar em taxa abusiva, pois os juros convencionados foram de 1,98% ao mês, os quais, comparados à taxa média de mercado, não podem ser considerados abusivos.

#### Tarifas e Ressarcimentos – Questões Preliminares

O STJ, órgão responsável pela uniformização na interpretação da lei federal, em recurso repetitivo (REsp 1255573/RS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, 2ªS, j. 28/08/2013), analisando exaustivamente as questões jurídicas


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CÍVEL

R. Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos3cv@tjsp.jus.br

em debate, firmou algumas premissas importantes.

A respeito, salientou-se que a Lei nº 4595/64, recepcionada pela CF, atribuiu ao Conselho Monetário Nacional (CMN) a competência para dispor sobre a remuneração dos serviços bancários, e ao Banco Central do Brasil (BACEN) a atribuição de fazer cumprir as normas expedidas pelo CMN, de modo que é legítima e deve, salvo se ilegais, serem respeitados os parâmetros estabelecidos pois tais entidades.

Sob tal panorama, quando em vigor a Res. CMN 2.303/1996, prevaleceu a posição estatal não-intervencionista a respeito da cobrança de tarifas e ressarcimentos, facultando-se às instituições financeira a cobrança de quaisquer tipos de serviços (salvo os que a norma definia como básicos), desde que prevista em contrato e prestados os serviços ao cliente.

Todavia, com a vigência da Res. CMN 3.518/2007, em 30.4.2008, a houve mudança de postura, pois a cobrança ficou limitada às hipóteses taxativamente previstas em norma padronizadora do BACEN ou CMN.

Ao sentir do juízo, acertou o STJ ao analisar a questão sob o prisma da regulamentação do Sistema Financeiro Nacional e órgãos de controle.

É que, salvo casos concretos em que, excepcionalmente, seja constatado abuso da instituição financeira que importe em onerosidade excessiva ao consumidor, não se vê norma do CDC que nos possa levar, em abstrato, à conclusão de revogação ou não aplicação às relações de consumo, do regramento imposto pelo CMN e BACEN.

Outrossim, o cliente que contrata o serviço bancário, bem ciente da cobrança da tarifa, e, depois, ingressa em juízo requerendo a devolução, como se surpreso estivesse, evidentemente não respeita a indispensável boa-fé objetiva que deve permear toda contratação. Trata-se de violação aos deveres anexos de boa-fé objetiva, também chamadas figuras parcelares ou reativas, em evidente *venire contra factum proprium*, sob a modalidade *tu quoque*, não sendo dado ao consumidor, ou a quem quer que seja, agir de maneira desleal e de inopino, surpreendendo a outra parte com seu comportamento contraditório.

Ao final, cumpre rememorar que, em casos específicos, não se descarta a possibilidade de extirpação de tarifas, cobranças ou ressarcimentos contratados,


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CÍVEL

R. Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos3cv@tjsp.jus.br

desde que seja constatada, em concreto, a onerosidade excessiva com prestações desproporcionais (art. 6º, V; art. 51, IV; CDC) ou a ausência de amparo nas normas do CMN e do BACEN, para a cobrança.

Quanto ao caso da onerosidade excessiva, porém, há que se salientar que compete ao usuário do serviço demonstrá-la concretamente, não se podendo admitir a revisão com fundamento em argumentos abstratos, dissociados do caso concreto.

Vejamos, então, a cobrança especificamente discutida nos autos.

Trata-se da tarifa de cadastro cobrada no valor de R\$ 715,00 (fls. 29).

A tarifa de cadastro tem sua cobrança autorizada pela Res. nº 3919/10, art. 3º, I do BACEN: "a cobrança de tarifa pela prestação de serviços prioritários a pessoas naturais deve observar a lista de serviços, a padronização, as siglas e os fatos geradores da cobrança estabelecidos na Tabela I anexa a esta resolução, assim considerados aqueles relacionados a ... cadastro."

Não há abusividade em sua cobrança. Disse-o o STJ na ementa no recurso repetitivo referido anteriormente: "permanece legítima a estipulação da Tarifa de Cadastro".

Inegável que, ao menos ao nosso sentir, o valor de R\$ 715,00 para a tarifa de cadastro é excessivo para a cobrança de simples serviços de cadastro - v.g. consulta de órgãos de restrição ao crédito e procedimentos burocráticos ligados ao cadastro do consumidor no sistema informatizado da instituição financeira -, todavia, ainda que excessivo, foi previamente avençado entre as partes, sendo resguardado em sua plenitude o direito à informação do consumidor (art. 6º, III, CDC; art. 3º, IV, D. nº 5.903/06, art. 3º, IV), como verificamos a partir da clareza da ficha de fls. 39, prevalecendo, *in casu*, o princípio da autonomia da vontade e da vinculação ao contratado.

Superveniente Onerosidade Excessiva do Consumidor

O autor, na inicial, narrou de modo minucioso os graves problemas de saúde que lhe acometeram, durante a execução contratual, reduzindo a sua receita mensal e impactando em suas despesas.

Confira-se fls. 14/20.

A sua narrativa foi corroborada por suficiente prova documental, que




**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CÍVEL

R. Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos3cv@tjsp.jus.br

instruiu a inicial – fls. 30/52.

O réu, todavia, em contestação, ignorou solenemente tudo isso.

Ofendeu a regra do art. 302, in fine, do CPC, de modo que presumem-se verdadeiros os fatos alegados na inicial – que, como dito, estão demonstrados por documentos, também não impugnados pelo réu.

Os fatos, na verdade, tornaram-se incontroversos (art. 334, III, CPC).

Por qualquer ângulo que se examine a questão, emerge dos autos que, realmente, os autor necessita, em razão de fatos supervenientes e imprevisíveis, de readequação do equilíbrio contratual.

Sua pretensão tem amparo legal: arts. 478/480, CC; art. 6º, V, CDC.

Assim, deverá haver a readequação do contrato, mantidas as demais cláusulas contratuais (inclusive percentual de juros remuneratórios), para que as parcelas mensais sejam fixadas em R\$ 500,00, como pedido.

#### Descumprimento do Contrat – Percentual dos Juros Remuneratórios

Aqui, mais uma vez, aplica-se tudo o quanto dito a respeito do item anterior: o réu, em contestação, ignorou a demonstração feita pelo autor, com a inicial, de que estão sendo cobrados juros remuneratórios mensais de 1,98% ao invés de 2,00%.

O autor realmente demonstrou, matematicamente, sua afirmação – fls. 13/14.

Todavia, para a apuração do que efetivamente está sendo cobrado a maior, será imprescindível prova pericial, a realizar-se em fase de liquidação (parcial) de sentença.

#### **DISPOSITIVO**

Ante o exposto, julgo parcialmente procedente a ação para, rejeitados os demais pedidos: a) **REVER** o contrato de modo que o valor de cada parcela mensal (*Item F.5 de fls. 29*) seja **REDUZIDO** para R\$ 500,00 (quinhentos reais), com o consequente aumento no número de parcelas a serem pagas, mantido o índice de juros remuneratórios convencionado, **CONDENANDO** o réu na obrigação de fazer de emitir novos boletos bancários em decorrência da revisão; b) **CONDENAR** o réu a indenizar o autor, na forma simples, pelo que este pagou e venha a pagar a mais

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CÍVEL

R. Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos3cv@tjsp.jus.br

em razão da cobrança, em cada parcela, de valor superior ao que emerge do contrato, por conta da aplicação de juros remuneratórios superiores ao contratado, devendo o *quantum debeatur* ser calculado em liquidação de sentença, incidindo atualização monetária desde cada desembolso, pelo autor, e juros moratórios de 1% ao mês desde a citação.

*As partes sucumbiram parcial e reciprocamente e na mesma proporção, razão pela qual cada qual arcará com 50% das custas e despesas processuais, e os honorários advocatícios compensam-se integralmente.*

P.R.I.

São Carlos, 13 de maio de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**